

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Colegiado quer ampliar competência legislativa

Presidentes de Assembleias participam de encontro nacional em Florianópolis e defendem mudanças na Constituição

Fotos Eduardo Guedess de Oliveira



Presidentes dos Parlamentos estaduais do Ceará, de Minas Gerais e 1º vice presidente de SC



No Plenário Osni Régis, deputados discutem aumento de prerrogativas

Páginas 4 e 5

As mudanças no exercício da medicina

Jonas Lemos Campos



Reunião aprova nota de repúdio contra mudanças contidas no projeto

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais realizou, dia 9, audiência pública, na qual foi aprovada moção em relação às alterações propostas pelo projeto

que dispõe sobre o ato médico. A matéria limita a autonomia de outros profissionais de saúde.

Página 5

Aprovada criação do Tribunal Administrativo Tributário

Página 10

Finanças autoriza parecer do Orçamento

Página 9

Adjori e CTG Os Praianos são homenageados

Solon Soares



Presidente Jorginho Mello com Miguel Ângelo Gobbi

Páginas 3 e 4

Audiência debate transferência de instalações de segurança pública em São José

Página 8

OPINIÃO

O direito à isenção do pedágio

O drama dos moradores das sete cidades catarinenses com praças de pedágio continua com o descumprimento da lei estadual que os isenta da cobrança da tarifa. A lei n.º 14.284/09, de minha autoria e com substitutivo global do deputado Joares Ponticelli (PP), foi aprovada por unanimidade em plenário, no dia 1º de julho, e promulgada pelo presidente do Legislativo, no dia 4 de agosto. No entanto, passados mais de três meses, a legislação não foi cumprida pelas concessionárias das rodovias BR-101 e BR-116.

Minha posição contra a cobrança do pedágio tem uma única motivação: garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. O objetivo da lei é evitar que moradores de zonas rurais, de pequenos municípios ou de cidades divididas por praças de cobrança sejam onerados ao percorrer poucos km pela rodovia, ao ir ao centro da cidade, levar os filhos à escola ou ao trabalho.

Entendo que a cobrança em si não caracteriza o problema. É um direito constitucional garantido às concessionárias que, em troca, investem na manutenção das estradas. Porém, onerar de forma desproporcional os municípios onde a praça esta localizada, caracteriza afronta aos ditames do Código de Defesa do Consumidor e ao princípio da isonomia previsto na Constituição Federal.

Com o mesmo entendimento, o Ministério Público Federal (MPF), em Joinville, ajuizou uma ação civil contra a concessionária Autopista Litoral Sul, responsável pelas praças de cobrança na rodovia BR-101, para obrigá-la a cumprir lei de isenção. Na ação, o MPF pede também a restituição do valor pago pelos motoristas beneficiados desde o dia da aprovação da lei, sob pena de pagamento de multa diária. A medida repercutiu também na Serra Catarinense, onde o Ministério Público Federal, em Lages, deverá pedir o

cumprimento da legislação também pela concessionária Autopista Planalto Sul, responsável pela rodovia BR-116.

O sucesso da ação do MPF representará uma vitória para a população catarinense e fortalecerá o Parlamento após meses de desrespeito de uma lei aprovada e sancionada pelo Legislativo.

Na contra-mão do bom senso, as concessionárias contestam a constitucionalidade da legislação ao sugerir um conflito federativo, uma vez que a lei é estadual, enquanto a rodovia está sobre jurisdição federal. No meu entendimento, a lei aprovada não se sobrepõe à autoridade da União sobre as rodovias federais. O que texto faz é legislar em favor do consumidor. E a defesa dos direitos da população é uma das prerrogativas de todos os deputados estaduais.

Deputado Cesar Souza Júnior (DEM)

Um ano de muitas conquistas

O ano de 2009 foi de muito trabalho e conquistas na Assembleia Legislativa. Projetos e indicações foram aprovados beneficiando muitos segmentos da sociedade e garantindo o desenvolvimento do Estado. Apesar da crise econômica internacional e das catástrofes climáticas, Santa Catarina ainda pode comemorar os investimentos importantes promovidos pelo governador Luiz Henrique da Silveira, todos de forma descentralizada.

Diante de muitas demandas encaminhadas à Alesc, algumas foram pontuais e importantes, repercutindo em todo o Estado. A crise na suinocultura foi amenizada pela isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) na carne suína in natura e na comercialização do suíno vivo interestadual. Tenho orgulho de defender essa classe que representa uma grande fatia econômica de Santa Catarina.

Outros pleitos também foram

atendidos através dos encaminhamentos realizados pela iniciativa pública e privada. Mais de R\$ 2 milhões foram descentralizados para municípios de todo o estado, mas principalmente o Alto Uruguai Catarinense. Saúde, Educação, Cultura, Infra-Estrutura e Segurança Pública foram algumas das áreas contempladas.

Gostaria de destacar o volume de quase R\$ 1 milhão para balizamento e iluminação do aeroporto de Concórdia que futuramente poderá contar com linha aérea regular para atender nossos empresários e população. Foi possível ainda descentralizar recursos em 2009, e destinar ambulâncias para os municípios de Presidente Castello Branco, Arbutã e Irani.

O Alto Uruguai Catarinense poderá contar a partir de 2010 com uma nova Delegacia de Comarca. Tenho ainda insistido na implantação do sistema de monitoramento de câmeras de vigilância para melhorar a seguran-

ça nas cidades e a renovação da frota de viaturas, como ocorreu nesse ano, quando muitas cidades receberam veículos novos.

Lembro ainda que foi possível garantir a descentralização de um pólo avançada da Udesc para a região do Meio Oeste, com a sinalização do governador do estado no aumento de repasse do duodécimo para a instituição, com isso garantindo a concretização deste e de outros projetos.

O código ambiental catarinense foi mais uma vitória para a sociedade. Lutamos para alterar as leis ambientais visando assim garantir a sustentabilidade do nosso agricultor no campo.

Representar a sociedade catarinense é um desafio a cada ano. Espero continuar desenvolvendo esse trabalho imparcial, honesto e com muita dedicação.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)

Escola do Legislativo promove eventos regionais

O Parlamento, por intermédio da Escola do Legislativo, vai promover o II Simpósio da Região Sul e III da Representação de Santa Catarina de Cerimonial e Protocolo. O evento será aberto às 9 horas do dia 17, no Auditório Antonieta de Barros. Serão cinco horas de palestras e debates com o objetivo de capacitar o profissional da área e desenvolver, com maior conhecimento, o cerimonial, o protocolo, a oratória, como também, a organização de eventos.

As inscrições deverão ser realizadas no site da Escola do Legislativo (www.alesc.sc.gov.br/escola) e mais informações podem ser obtidas na secretaria da instituição pelo telefone (48) 3221-2828.

Programação

- **9h** - Credenciamento
- **9h30min** - Palestra: "O Ministério Público no Cerimonial"
- **10h30min** - Palestra: "Proposta de Regulamentação do Cerimonial no Estado de Santa Catarina"
- **12h** - Intervalo
- **14h** - Palestra: "Cerimonial no Município"
- **16h30min** - Debate
- **17h** - Encerramento

[AGENDA]

• **Dia 16, 14h30min:** Comissão de Transportes – Audiência pública para discutir o elevado da BR-101 em Paulo Lopes
Local: Ginásio de Esportes Osni dos Santos – Paulo Lopes

• **Dia 16, 19h:** Sessão Solene de outorga da Comenda do Legislativo Catarinense
Local: Plenário

• **Dia 17, 9h:** Exposição da Associação dos Portadores da Síndrome de Down - Amigo Down
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho

• **Dia 17, 16h:** Sessão Solene de concessão de título de Cidadão Catarinense a José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da República
Local: Câmara de Vereadores de Joinville.

• **Dia 17, 19h30min:** Lançamento do livro "A França que eu vi", da historiadora Sara Regina Poyares dos Reis
Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

• **Dia 18, 9h:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública "Religiões de matriz africana em Santa Catarina"
Local: Auditório Antonieta de Barros

• **Dia 18, 19h:** Sessão especial em homenagem aos atletas de Biguaçu, relacionados no livro "Esporte é massa - Grandes valores do esporte da Comarca de Biguaçu"
Local: Plenário

• **Dia 18, 19h30min:** Lançamento do livro "Religião de Darwin", de Roberto Ramos
Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright

• **Dia 19, 19h30min:** Comissão de Transportes - Audiência pública para discutir as ligações asfálticas entre o Alto Vale do Itajaí e o Planalto Norte, previstas pelo governo do Estado
Local: Salão da Igreja Nossa Senhora da Glória - Witmarsun

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão especial também destacou 10 anos do Troféu Pena de Ouro, prêmio de jornalismo promovido pela entidade

Parlamento presta homenagem aos 28 anos da Adjori/SC

Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina tem 143 associados, que produzem cerca de 400 mil exemplares

Eduardo Guedes de Oliveira

Denise Bortolon Montagna

A Assembleia Legislativa realizou uma sessão especial pelos 28 anos de atuação da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC) e 10 anos do Prêmio Adjori/SC de Jornalismo - Troféu Pena de Ouro. A homenagem foi prestrada dia 10, no Plenário Deputado Osni Régis, e conduzida pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB).

Na mesma solenidade, foi lançado o livro "Origens da Imprensa em Municípios Catarinenses", organizado pelo pesquisador e professor universitário Mario Luiz Fernandes a partir de textos de jornais associados e equipe coordenadora

do prêmio de jornalismo.

A Adjori tem 143 jornais associados que, juntos, produzem cerca de 400 mil exemplares circulando por todo o estado. A missão da associação é organizar, fortalecer, unir e capacitar técnica e profissionalmente os seus associados, bem como coordenar e liderar projetos e metas em defesa de todos e da instituição, e em benefício da imprensa catarinense.

Jorginho Mello falou sobre o incentivo dado pelo governo do Estado à imprensa catarinense, principalmente no interior. "As pessoas querem saber o que acontece no mundo, mas igualmente querem saber o que acontece na sua rua, no seu bairro. O sucesso

também está relacionado com o governador e vice-governador pelo arrojo com que apostam na Adjori", concluiu.

Representando as bancadas no Parlamento, o deputado Giancarlo Tomelin (PSDB), neto de jornalista, ressaltou as dificuldades que os jornais do interior enfrentam ao avançar para a modernidade, enquanto os jornais das capitais têm mais facilidade. "A Adjori consegue reunir todos para construir o futuro, passa por novas comunidades construídas, como os sites e jornais impressos mais modernos, aprimorados para a população. Trabalham com credibilidade e levam informação em tempo a todos os catarinenses", elogiou.



Neto de jornalista, deputado Tomelin fala das dificuldades dos periódicos

Estímulo à profissionalização

O presidente da associação, Miguel Ângelo Gobbi, informou que Adjori também estimula a profissionalização e a capacitação dos jornais do interior do estado, aproximando-os das universidades, por deslumbrar um futuro em que a formação esteja presente. Ele ressaltou a importância do prêmio Adjori, que dá espaço para o profissional e é uma janela para que seu trabalho possa ser visto em todo o estado. "Vamos trabalhar ainda mais para melhorar e aperfeiçoar o jornal impresso catarinense", declarou.

Conforme ele, com o lançamento do livro "Origem da Imprensa", Santa Catarina passa a ser o primeiro estado a ter o registro do início da imprensa em praticamente todos os municípios. "Nosso estado é exemplo

de imprensa livre. Ostenta alto nível de politização e participação popular, como aponta a grande participação nas audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa em todas as regiões catarinenses", disse.

Entre as autoridades presentes o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Alvaro Prata, a presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Anita Pires, a presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), Marise Westphal Hartke, o representante do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Herneus de Nadal, além da deputada Ada Faraco De Luca (PMDB) e dos deputados Valmir Comin (PP) Edison Andrino (PMDB), Marcos Vieira (PSDB) e Renato Hinnig (PMDB).

Solon Soares



Jorginho Mello e representantes da mídia com livro "Origens da Imprensa em Municípios Catarinenses"

INSTITUCIONAL

CTG Os Praianos comemora 37 anos com sessão especial no Parlamento

Centro de Tradições Gaúchas em São José tem objetivo de divulgar o folclore da cultura gaúcha em SC

Eduardo Guedes de Oliveira

Rose Padilha Ferreira

Adeptos do movimento tradicionalista gaúcho compareceram à sessão especial dia 9, no Plenário Osny Régis, requerida pelo deputado José Natal Pereira (PSDB) em comemoração aos 37 anos do CTG (Centro de Tradições Gaúchas) Os Praianos, de São José.

O patrão de CTG, David Gevaerd Filho, representando Os Praianos, lembrou a história do Centro. Em 1968, no antigo bairro Benfica, hoje Forquilha, Andrino Manoel dos Santos, comerciante de gado na época, resolve utilizar uma mangueira de sua propriedade para brincadeiras com boi. Mais tarde, em 1972, na companhia de amigos, fundam o CTG Os Praianos. "A união de amigos na base da

confiança mútua e de muita camaradagem, como manda a tradição, além da dedicação e companheirismo, sempre nortearam nosso trabalho, fazendo com que o CTG Os Praianos seja reconhecido no Brasil e até internacionalmente", afirmou David.

Celívio Holtz, diretor Cultural da Confederação Brasileira de Tradições Gaúchas, lembrou que o movimento surgiu das atividades campeiras, e que é uma reverência do gauchismo no Sul do país. "Esperamos que os CTGs sejam sempre organizados, demonstrando que ser gaúcho é uma filosofia de vida".

Portador da carteira número 1 do CTG brasileiro, Itamar Sebastião Matos, conhecido como "Tio Preto", disse que a homenagem é um marco na cultura tradicio-

nalista catarinense e destacou a importância da família para os adeptos do movimento tradicionalista gaúcho. "Nossa cultura é exemplo de família, de educação, é um meio onde não há espaço para as drogas".

Para o deputado José Natal, que durante a sessão lembrou da história da criação do CTG OS Praianos, essa é uma tradição sadia, que não escolhe raça, credo ou condição especial. "Sinto-me honrado em fazer parte dessa história", declarou, e em seguida, em nome do Parlamento estadual, prestou diversas homenagens. Oito personalidades receberam placas comemorativas pela passagem dos 37 anos do CTG OS Praianos, pela integração social de seus participantes, divulgando as tradições e o folclore da cultura gaúcha em Santa Catarina.



Patrão do CTG, David Gevaerd Filho, com Natal, requerente da solenidade

A lista dos homenageados

- Patrão de CTG David Gevaerd Filho, que representou Os Praianos;
- **Diocles Vieira, ex-prefeito de São José, considerado grande colaborador do CTG, destacando o município no cenário nacional e internacional das competições de rodeio;**
- Luiz Geraldo Meyer, pelos relevantes serviços prestados como Mestre de Cerimônias;
- **Arthur Albanaz (in memoriam) representado por Anderson Albanaz, laçador da Invernada Campeira, por divulgar as tradições e o folclore da cultura gaúcha em Santa Catarina;**
- José Maria de Lima Neto, "O Pinto", peão da década de 70, pelas proezas na montaria em pelo de cavalo xucro;
- **Sueli dos Santos, por coordenar a criação da Invernada Artística em 1988;**
- Maria Beatriz Giaretta, pela direção e coordenação da Invernada Artística no período de 1993 a 1999;
- Ex-patrão de CTG Joci Alcides dos Santos, pela realização do Primeiro Rodeio Internacional do CTG Os Praianos, em 1989, destacando o município de São José no cenário internacional do tradicionalismo gaúcho do Brasil.

Rodovia no Oeste ganha nome de cooperativista

Carlos Kilian

Será inaugurada nesta sexta-feira, dia 13, a rodovia SC-459, que liga os municípios de Xaxim, Marema e Lageado Grande. A estrada receberá o nome de "Aury Luiz Bodanese", conforme institui a Lei 13.531/2005 de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM). Agora o governo do Estado decidiu implementar a iniciativa homenageando o cooperativista, um dos fundadores da Cooperalfa, hoje entre as maiores organizações do Brasil.

O deputado Merísio relata no projeto de lei que Aury Luiz Bodanese foi fundador da Cooperchapecó, atual Cooperalfa, no ano de 1967, tornando-se, assim, a maior liderança cooperativista do Oeste de Santa Catarina. O cooperativismo de produção agropecuária é o maior e mais expressivo do país. Nesta vasta região de origens agrárias surgiu a necessidade da união de pequenos e médios produtores



Deputado Gelson Merísio, autor da proposta que dá nome à estrada

rurais que fundaram sociedades cooperativistas, construíram silos e armazéns, adquiriram frotas para o escoamento da produção e disputaram mercados em condições de igualdade com as grandes corporações do setor.

Graças ao cooperativismo, atuando de forma coordenada com

a extensão oficial, o campo incorporou novas tecnologias, diversificou as atividades, tecnificou as agriculturas e outras explorações pecuárias, adquiriu mais máquinas e equipamentos, automóveis e utilitários, móveis e eletrodomésticos. O cooperativismo levou a eletrificação rural a todos os recantos,

garantiu a assistência técnica em todas as propriedades rurais, proporcionou habitação e saneamento. Enfim, elevou a qualidade de vida no campo.

Enfrentando contratempos, a cooperativa foi crescendo e ganhando confiança. Em 1968 já eram 345 associados. Porém, foi em 1969 que a cooperativa deu seu grande passo, comprando o frigorífico para industrializar a produção, sob a liderança de Bodanese. A Cooperchapecó idealizou, fundou e filiou-se à Coopercentral.

Em 1974, os 2879 associados deram carta branca à incorporação da Cooperativa Mista Tritícola Xaxiense, de Xaxim, com 1.500 associados. Com a entrada desta cooperativa, a Cooperchapecó tornou-se a maior do Estado. Foi realizada uma pesquisa entre os associados e o nome da Cooperativa foi mudado para Cooperalfa.

Aury Luiz Bodanese presidiu as duas cooperativas até 1972. Três anos depois, assumiu a Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (Fecoagro). Retornou à presidência da Coopercentral em 1972, onde permaneceu até outubro de 2002. Foi também um dos últimos desbravadores do Oeste de Santa Catarina, um dos maiores líderes do cooperativismo do Brasil, comandando as atividades de 40 mil produtores rurais. Ele presidiu as cooperativas por 29 anos.

O líder cooperativista Aury Luiz Bodanese morreu em Chapecó no dia 30 de janeiro de 2003, com 69 anos. Bodanese se estabeleceu na região Oeste em 1964. Desde então, dirigiu e fundou várias instituições voltadas para os pequenos agricultores, entre elas a Cooperativa Regional Alfa e a Cooperativa Cetral Oeste Catarinense.

INSTITUCIONAL

Seminário destaca desafios da educação

Pesquisa identifica violência, consumo de drogas, desmotivação de professores e baixa qualidade de ensino nas escolas

Miriam Zomer

Pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência, em conjunto com o movimento Todos pela Educação, apontou três grandes problemas nas escolas brasileiras, entre eles a violência e o consumo de drogas, desmotivação dos professores e a baixa qualidade do ensino.

Diante deste cenário, comum a todas as regiões do país, a Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo e em parceria com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, vem promovendo o Seminário Regional "Os Desafios da Educação Brasileira". Com uma programação de três seminários, a iniciativa da Escola do Legislativo realizou, dia 5, em Concórdia, o segundo encontro - o primeiro foi em São Miguel do Oeste e o terceiro será dia 16 na Capital.

O propósito foi debater, a partir de duas palestras realizadas por profissionais renomados na área, a importância do ambiente educativo, a influência na qualidade do aprendizado nas escolas, assim como a dinâmica e a prática pedagógica que podem estimular um ensino de qualidade.

Aproximadamente 800 pessoas participaram do evento, entre autoridades, professores e profes-

sionais da educação que, juntos, buscam vencer os desafios e aprimorar a qualidade na educação.

Na condição de presidente da Comissão de Educação da Assembleia, o deputado Pedro Uczai (PT), mestre em História do Brasil, ressaltou que o resultado da pesquisa serviu de estímulo e desafio para os especialistas e demais profissionais da área buscarem motivação, valorização e qualificação da profissão. "Educação de qualidade é um direito de todos e precisa prioridade. O Parlamento catarinense, através deste trabalho, está contribuindo com a sociedade para que políticas públicas voltadas para o setor possam sanar as dificuldades observadas."

Radiografia

Presente no seminário, o prefeito de Concórdia, João Girardi (PT), destacou que o debate sobre a educação, em especial na cidade, será sempre acolhido, uma vez que o município atende aproximadamente 8,5 mil alunos distribuídos em 17 escolas básicas, sete grupos escolares, 18 escolas do campo e 14 centros de educação infantil.



Presidente da Comissão de Educação, deputado Pedro Uczai, fala a 800 pessoas em encontro realizado em Concórdia

Ele apontou como avanços da educação no município o atendimento a mais de 200 alunos do meio rural, transporte escolar gratuito para mais de 2,6 mil alunos e merenda escolar oferecida mediante orientação nutricional e elaborada com produtos oriundos das hortas escolares.

Doutora em Educação, a professora Acácia Kulnzer defendeu, durante sua palestra "Qualidade da Educação" necessidade de reformular dois pontos fundamentais

no ensino para que ocorra uma mudança positiva e evolutiva na educação. "Precisamos de uma reforma curricular, seguida da qualificação do professor e da valorização do seu trabalho", frisou. Para Acácia, a metodologia aplicada precisa ser revista, uma vez que muitos alunos não conseguem se manter atentos ao grande volume de conteúdos. Outras considerações foram feitas pela Doutora em Educação e professora titular da Unochapecó Solange Alves, que acredita na ins-

tuição de um bom corpo docente para o desenvolvimento de uma educação qualificada.

O doutor em Educação, História Política e Sociedade pela Universidade Católica de São Paulo, Gaudêncio Frigotto, por sua vez, afirmou que o aluno, se sentir motivado a aprender, cada vez mais buscará conhecimentos, ou seja, se o aluno tem estímulo para aprender o professor precisa estar pronto para dar respostas, o que exige sempre mais pesquisa.

Audiência pública defende mudanças no "Ato Médico"

Uma moção será encaminhada pela Assembleia Legislativa aos senadores, ao Ministério da Saúde e ao presidente da República contendo proposta de alteração de artigos do Projeto de Lei nº 7.703/06, conhecido como Ato Médico, que retira autonomia de outros profissionais da saúde. A decisão foi tomada na audiência pública realizada dia 9, no Auditório Deputada Antonieta de Barros. Além da moção, foi definido um abaixo-assinado e uma nota de repúdio de cada categoria profissional referente à proposta federal, bem como a realização de campanha contra o Ato Médico.

A proposta, do Senado Federal, é considerada polêmica e, por isso, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), detectou a necessidade de promover o debate no Parlamento. O objetivo é elucidar algumas questões que envolvem a competência dos diversos profissionais da área da saúde. O artigo mais atacado é o que determina que o diagnóstico e a prescrição terapêutica sejam realizados, exclusivamente, por médicos.

Pelo teor do projeto são defi-

nidos os atos executados exclusivamente por médicos e os que podem ser realizados por outros profissionais da área. Conforme a proposta federal, são atividades privativas do médico a formulação do diagnóstico e prescrição terapêutica do paciente, a execução de procedimentos invasivos, a emissão de laudo de exames feitos por meio de endoscopia e de imagem, como ecografia, por exemplo, prescrição de órteses e próteses oftalmológicas e realização de perícia médica e exames médico-legais, exceto os

exames laboratoriais de análises clínicas, toxicológicas, genéticas e de biologia molecular.

O texto aprovado pela Câmara define como não privativos de médicos os diagnósticos realizados por outros profissionais, tais como: psicológico, nutricional, de avaliação comportamental e das capacidades mental, sensorial e psicomotora. De acordo com informações do site da Câmara dos Deputados, o projeto do Ato Médico volta ao Senado por ter sofrido alterações no Legislativo federal.

No encontro, as manifestações foram unânimes em relação à regulamentação da profissão de Medicina. Não há contrariedade nesse sentido. Alguns pontos do projeto são considerados polêmicos e, acima de tudo, criticados pela retirada da autonomia das demais profissões da área de saúde, como fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, nutrição, enfermagem, educação física, assistência social e outras correlatas.

De acordo com Eduardo Comelli, do CRF/SC, o PL 7.703 é um

retrocesso da saúde nos contextos histórico, cultural e científico. Ele lamentou a forma como a matéria está sendo apresentada, limitando a atividade multidisciplinar. "A abordagem multidisciplinar é muito mais eficiente do que quando ficamos limitados a um único profissional na relação paciente e tratamento."

A deputada Ana Paula externou sua posição como enfermeira de formação. "Somos a favor da regulamentação da Medicina, mas não acho justo ficarmos reféns de alguns procedimentos da área." No debate participaram o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), representado por Perla Teles; o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região/Santa Catarina (Crefito-10), representado por Sandroval Francisco Torres; o Conselho Regional de Psicologia (CRP/SC), representado por Marilene Wittitz, e o Conselho Regional de Farmácia (CRF/SC), representado por Eduardo Comelli Goulart. Conselhos regionais de Enfermagem, Serviço Social, Nutrição e a Associação de Terapias Ocupacionais, além de estudantes e outras entidades.



Deputada Ana Paula conduz audiência pública sobre projeto, que retira autonomia de profissionais da saúde

Jonas Lemos Campos

INSTITUCIONAL

Colegiado debate ampliação das prerrogativas das Assembleias Legislativas

Dezessete estados participam do encontro, que elege cearense Domingos Filho para comando da entidade e catarinense Jorginho Mello como segundo vice-presidente

O oitavo encontro nacional do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, realizado dia 6 no Plenário Deputado Osni Régis, em Florianópolis, reuniu representantes de 17 estados. Uma das propostas do encontro foi discutir a ampliação das prerrogativas dos legislativos estaduais.

No encontro, que foi conduzido pelo deputado Alberto Pinto Coelho (PP), de Minas Gerais, presidente do Conselho, foi eleita a nova diretoria da entidade. Domingos Filho (PMDB), do Ceará, irá presidir o Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas no biênio 2010/2011, e afirmou que uma das metas da sua gestão será de exercer pressão democrática junto ao Congresso Nacional e ao Judiciário em favor da sociedade. O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Jorginho Mello (PSDB), foi eleito 2º vice-presidente.

Ao saudar os participantes, o

1º vice-presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Gelson Merísio (DEM), falou da importância da retomada dessas prerrogativas, fundamentais para a atuação dos Parlamentos, já que há um aparato legal que impede as Assembleias de legislar sobre temas específicos. Dentro desse contexto citou o quanto é flagrante que a cada ano as atribuições dos Parlamentos são reduzidas por força de normas federais.

Como exemplo de reação, Merísio disse que Santa Catarina aprovou o seu Código Ambiental por entender que cada estado deve ter sua legislação específica. "Não temos nenhum artigo do Código Ambiental com liminar de impedimento. Somos um estado pequeno, com características e cultura próprias. Esperamos encontrar um caminho para que cada estado tenha sua legislação específica."

Sobre a decisão catarinense de

elaborar o seu próprio Código Ambiental, o presidente Alberto Pinto Coelho disse que a iniciativa merece aplauso. "Isso só reforça o nosso trabalho e renova a discussão sobre o pacto federativo, de debater questões relevantes do campo legislativo em cada unidade de Federação."

O deputado mineiro destacou que o encontro em Florianópolis deve complementar, através de Santa Catarina, o número mínimo de 14 estados para a apresentação de quatro Propostas de Emenda à Constituição (PECs), sendo que uma delas amplia as prerrogativas dos Parlamentos estaduais. As outras três tratam do poder de representação das procuradorias legislativas, da questão fundiária dos estados a partir da Constituição de 1988 e do investimento dos estados na saúde. "Com a adesão de 14 estados vamos encaminhar as propostas ao Congresso Nacional, visando à aprovação", destacou.



Primeiro vice-presidente Gelson Merísio destaca iniciativa catarinense de aprovar Código Ambiental, defendendo que cada estado tenha legislação específica

"Mídia conduz processo moral, social e político"

O jornalista, professor e doutor em Ciências da Comunicação pela USP Caio Túlio Costa proferiu a palestra "A política e a revolução na comunicação", exclusiva para os presidentes, parlamentares e assessoria do Colegiado. Autor de quatro livros, sendo o mais recente "Ética, jornalismo e nova mídia - uma moral provisória", o palestrante trabalhou 21 anos no Grupo Folha e foi o primeiro ombudsman da imprensa brasileira.

Caio Túlio abordou a importância das novas mídias e da interatividade entre o Parlamento e a sociedade, assim como características técnicas e premissas éticas necessárias na aplicação e uso dos novos instrumentos da comunicação. Para ele, houve uma desagregação da esfera pública, com mudanças profundas onde as instituições perderam seu poder, sua simbologia, agora consumida pela população de forma diferente. "Hoje os conceitos se liquidificaram e acontecem de acordo com o momento. Quem está conduzindo o processo moral, social e político é a mídia."

O jornalista acredita que cada pessoa tem poder de mídia e que o mundo está disperso, em parte por ação das redes de comuni-



Primeiro ombudsman da imprensa brasileira, Caio Túlio profere palestra

cação. Entre os vários exemplos citados e que provam como funciona essa revolução na comunicação, destaque para o da campanha on line do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, no uso extensivo e abusivo das redes sociais, do e-mail marketing, da telefonia fixa e móvel. "Obama foi tratado como um produto que precisa ser administrado

junto ao consumidor. O segredo da rede social é conectar amigos e compartilhar informações em torno de um tema, interesse ou causa", ensinou. A campanha criou, por exemplo, 2 mil vídeos no YouTube, que somam 14,6 milhões de horas/visita. Organizaram a estrutura de campanha em locais onde ela não existiria, com pessoas trabalhando de graça. "A soma dessas ações mudou

os resultados da campanha, que deu vitória a Barack Obama."

Nova mídia

O palestrante lembrou que a nova mídia tem problemas, como controle das redes, diversidade cultural e dispersão, entre outros, o que faz com que o jornalista seja coadjuvante no mundo da comunicação. "Há o cidadão-repórter, o indivíduo-repórter", afirmou.

Sobre o futuro cenário da comunicação, o palestrante disse que o celular será o principal instrumento de ligação à internet para a maioria das pessoas, permitindo maior transparência. Mas isso, em sua opinião, não significará maior integridade pessoal ou tolerância social.

Caio Túlio encerrou a palestra, seguida de debate, com o que chamou de "aperitivo eleitoral". Garantiu que é fácil e simples fazer campanha eleitoral em rede, mas que há complexidade da nova mídia, já que um dos problemas da realidade atual é que a informação extravasa. "Regular privacidade, direito de resposta, o código penal prevê. O que precisa é funcionar, agilizar."

Astral defende direito de canais abertos digitais para Legislativo

A Associação Brasileira das Televisões e Rádios Legislativas (Astral) entregou, dia 6, ao presidente do Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas, deputado Alberto Pinto Coelho, uma carta (leia a íntegra abaixo) na qual solicita a intervenção do Colegiado junto à Secretaria de Comunicação e à Casa Civil do Governo Federal para que as assembleias legislativas e as câmaras municipais tenham garantidos os respectivos canais abertos de televisão no sistema digital.

A iniciativa foi motivada pela informação de que, em reunião realizada em Brasília no dia 5, para definir o formato de um operador único de rede para os canais públicos de televisão, os órgãos do governo federal propuseram que os legislativos estaduais e municipais continuem compartilhando o mesmo canal de TV, nos moldes da Lei do Cabo. Para a Astral, a proposta não atende a nenhuma casa legislativa, estadual ou municipal e, sobretudo, não encontra justificativa técnica, uma vez que, na prática, estarão disponíveis no sistema digital 24 canais para as emissoras públicas



Presidente Alberto Pinto Coelho recebe reivindicações

de televisão.

Por determinação do presidente do Colegiado, a Carta da Astral foi lida durante o encontro dos Presidentes de Assembleias e distribuídas cópias a cada um dos presentes. Ainda em novembro, o presidente do Colegiado deve tratar do assunto em Brasília.

A Astral se reuniu em Florianópolis dia 6 para debater as perspectivas das TVs legislativas no sistema digital de televisão e as outorgas de canais analógicos para assembleias e câmaras municipais, além da implantação do site da entidade, dentre

outros temas. A reunião ocorreu paralelamente ao VIII Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, que também tratou das TVs legislativas. Os dois encontros se estenderam durante todo o dia, no Palácio Barriga Verde.

O diretor do Departamento de Outorgas da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Carlos Alberto Freire Resende, fez exposição sobre os caminhos para obtenção de canal aberto e esclareceu, individualmente, a situação dos pedidos de outorga de algumas assembleias legislativas. Apesar de o país já ter adotado a tecnologia digital, Carlos Freire recomendou que as casas legislativas solicitem canais analógicos.

Participaram os representantes do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Maranhão e Santa Catarina, além do Distrito Federal, e das TVs câmaras municipais de Belo Horizonte, Salvador, Piracicaba (SP), de São José, Jaraguá do Sul, Blumenau, Lages, além da TV Câmara Federal.

Carta ao presidente do Colegiado

Senhor Presidente do Colegiado,
Senhores Presidentes de Assembleias Legislativas,

Está em discussão, por um grupo de executivos da EBC (Empresa Brasileira de Comunicações), da Secretaria de Comunicação (Ministro Franklin Martins) e da Casa Civil da Presidência da República, a formatação de um plano para licitar um operador único de rede no sistema digital. Esta iniciativa, que todos louvamos, visa a diminuir substancialmente os custos de implantação e operação do sistema digital no Brasil.

A distribuição dos canais que farão parte deste operador de rede está sendo decidida neste momento. É preciso evitar que se repita o modelo de compartilhamento de programação existente na Lei do Cabo, na qual Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais dividem um mesmo canal. Isto tem nos causado grandes conflitos devido aos horários de trabalho serem praticamente os mesmos.

Este problema pode e deve ser resolvido rapidamente, pois o sistema digital permite a multiprogramação para os canais da União, e cada um desses canais pode operar com seis programações simultaneamente. Serão, então, 24 TVs públicas operando independentemente.

Devemos estar atentos para que o espírito do federalismo prevaleça e que os entes federados possam garantir seus direitos também no setor de radiodifusão.

Para isto, solicitamos a interferência deste Colegiado de Presidentes no sentido de se pronunciar formalmente junto aos órgãos da União responsáveis por esta decisão para garantir a transmissão, pelo operador de rede, de uma programação exclusiva para as Assembleias Legislativas e outra para as Câmaras Municipais.

Esta manifestação tem caráter de urgência porque o operador de rede deverá ser licitado, pela Empresa Brasileira de Comunicação, no início do próximo ano.

Florianópolis, 06 de novembro de 2009

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - Astral

SC destaca Programa Antonieta de Barros

Ao considerar a realização do VIII Encontro do Colegiado das Assembleias Legislativas de extrema importância para o fortalecimento e a troca de experiências bem sucedidas entre as Casas Legislativas o diretor-geral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Paulo Ricardo Gwosdz, destacou no encerramento do evento algumas iniciativas praticadas pelo Parlamento catarinense. "Queremos contribuir com um dos objetivos do Colegiado de Presidentes, que é propiciar o intercâmbio de experiências bem sucedidas das Assembleias Legislativas", frisou.

De acordo com o diretor-geral, o Parlamento catarinense estabeleceu uma gestão estratégica da instituição a fim de cumprir com a missão constitucional frente à sociedade. "Com o Planejamento Estratégico pensamos o Parlamento e nos orientamos para novas metas, além dos projetos apresentados pelos servidores. Muitos deles são de grande valia para melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados, obtendo, ainda, redução de custos administrativos", explicou.

Com relação aos projetos, alguns já implantados, Gwosdz ressaltou a implantação da Assinatura Biométrica Digital, a instalação de



Diretor-geral Paulo Ricardo Gwosdz no encerramento do encontro

Sistema de Orçamento Estadual, o Programa Consciência Limpa, o Plano Diretor do Palácio Barriga Verde, entre outros.

Porém uma das mais importantes ações do Legislativo catarinense, com grande destaque por seu um projeto inédito no Brasil, é o Programa Antonieta de Barros (PAB), de Estágios Especiais. "Este é um programa que possibilita jovens atuarem como estagiários nos departamentos da Casa. O projeto busca atender aos anseios de movimentos sociais e dos parlamentares, preocupados com a responsabilidade de proporcionar aos menos favorecidos oportunidade de uma

vida digna", ressaltou.

Durante seu pronunciamento, um vídeo sobre o PAB foi apresentado com depoimento de adolescentes que atualmente estão no programa e outros que construíram uma carreira após terem a oportunidade de ingressar no PAB. "A partir de um processo de seleção, jovens entre 16 e 24 anos são classificados para estagiarem no Parlamento por dois anos, com uma bolsa no valor de R\$ 400,00. Ao todo são 40 vagas oferecidas para uma jornada diária de 4 horas, com prioridade para jovens em risco social, carência econômica, com necessidades especiais ou gestantes", informou.

COMISSÕES

Audiência debate mudança de endereço do canil, cavalaria da PM e Centro de Triagem

Terreno em Potecas em São José, destino das instalações, também deve receber Centro Educacional São Lucas

Solon Soares

Graziela May Pereira

A iniciativa do governo do Estado e da prefeitura de São José, de mudar as instalações da cavalaria e do canil da Polícia Militar de Barreiros para um terreno no bairro de Potecas, em São José, foi debatida dia 10 em audiência pública da Comissão de Segurança Pública, a pedido do vice-presidente, deputado Sargento Amauri Soares (PDT). O objetivo da reunião foi debater e propor soluções para a mudança, já que a comunidade de Potecas desconhece o projeto.

A reunião tratou da instalação de um Centro de Triagem no mesmo terreno. A proposta está prevista no Projeto de Lei nº 43/09, do Executivo municipal que, além do centro de triagem com 300 vagas, prevê a mudança do Centro Educacional São Lucas, hoje também em Barreiros, do canil e da cavalaria para o local.

Segundo o deputado Soares, o projeto condiciona a troca do terreno em Potecas se em troca ficar com o terreno onde atualmente está instalada a cavalaria. Qual a motivo dessa troca? Quais são as intenções do prefeito? Sem contar que ainda há a possibilidade da instalação do batalhão do BOPE no local", disse.

A audiência culminou com um ofício às autoridades convidadas, e que não compareceram, com o relatório do que foi debatido no encontro, questionando a existência de um projeto de construção de presídio na comunidade de Potecas, a necessidade de permuta e qual a destinação do terreno de Potecas com as instalações da cavalaria e do canil da PM. Também ficou marcada audiência sobre o assunto na comunidade de Potecas, no dia 8 de dezembro, às 20 horas, no salão da igreja da comunidade.



Requerida pelo deputado Sargento Soares, reunião debate projeto desconhecido pela comunidade de Potecas

Comunidade exige transparência no processo de implantação

O deputado José Natal Pereira (PSDB), que é de São José, criticou a ausência de representantes dos governos estadual e municipal, já que muitas dúvidas precisam ser esclarecidas.

"A nova administração já vai começar com um pepino enorme, que é a instalação de um centro de triagem. Mas o que me deixa mais indignado é que a comunidade não foi ouvida. O projeto tem que ser esclarecido, pois as pessoas precisam saber o que realmente irão receber." Natal

ainda afirmou que não é contra o centro de triagem se o mesmo for específico para detentos do município. "Em minha opinião, todo município deveria ter um centro de triagem para cuidar de seus detentos. Ficaria mais fácil para todos", completou.

O vereador Antônio Battisti, do PT de São José, questionou a condição do projeto e acusou a prefeitura de esconder seu teor da população. "Ninguém tem acesso ao projeto. A população não conhece. Sem contar o fato de

recebermos um centro de triagem que, no meu entender, não abrigará apenas 300 detentos. Não vejo a necessidade disso para uma cidade com apenas 200 mil habitantes. Por que Florianópolis não pode ter um centro de triagem, já que tem uma população estimada em quase 500 mil habitantes? É um contra-senso".

O representante da comunidade de Josefense de Areias demonstrou preocupação com a mudança do local do canil e da cavalaria. "Potecas já foi penalizada com a Lagoa

de Estabilização da Casan e agora será novamente com um centro de triagem. Não podemos admitir. O que me deixa realmente preocupado é a falta de transparência desse processo. Ninguém sabe de nada. E o que o Estado vai oferecer em contrapartida à doação desse terreno?", questionou.

O líder comunitário de Potecas, Zulmar Kamers, ironizou o fato de a instalação do centro de triagem estar sendo prevista para o lado da Lagoa de Estabilização da Casan. "Se eles

ficarem lá teremos rebeliões todos os dias. Ou, pior, voltaremos à época do nazismo, já que colocaremos nossos presos em câmaras de gás todos os dias."

Sobre o fato de retirar a cavalaria do local onde está atualmente, na beira da BR-101, Zulmar falou que é totalmente contra, pois, além de oferecer segurança ao seu redor, a cavalaria presta serviço social trabalhando na equoterapia com crianças da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Eduardo Guedes de Oliveira



Lideranças comunitárias exibem faixas durante o encontro repudiando projeto, que será debatido junto à comunidade em audiência prevista para o dia 8 de dezembro em Potecas

COMISSÕES

Aprovado parecer preliminar do PPA

Deputados também autorizam Orçamento 2010 e definem o calendário de tramitação do Plano Plurianual



Jonas Lemos Campos

Comissão de Finanças considera que projeto do PPA preenche requisitos legais para tramitação da matéria

O cronograma

- **13 a 20 de novembro: prazo para emendas parlamentares para PPA e LOA;**
- 3 e 4 de dezembro: publicação do parecer conclusivo;
- **8, 9 e 10 de dezembro: votação dos projetos em Plenário;**
- 11 de dezembro: projetos retornam à Comissão de Finanças para redação final;
- **11 e 14 de dezembro: publicação da redação final;**
- 15 de dezembro: votação da redação final, em Plenário;
- **16 de dezembro: A Mesa encaminha ao governador do Estado para manifestação.**

Os pareceres preliminares da revisão do Plano Plurianual (PPA) 2010/2011, que fixa meta e diretrizes da administração por quatro anos, e da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2010 foram aprovados, dia 11, na reunião da Comissão de Finanças e Tributação.

Os deputados aprovaram o relatório do presidente da comissão, deputado Marcos Vieira (PSDB), referente ao PPA. Após análise, o parlamentar concluiu que o Projeto de Lei nº 372/09, do Executivo, que trata do PPA, preenche os requisitos legais para sua tramitação, e deixou para o relatório final a análise mais aprofundada dos itens que compõem o corpo do projeto, bem como manifestação global acerca das emendas e alterações propostas.

A comissão aprovou o cronograma de tramitação dos projetos (veja quadro). Também autorizou o parecer preliminar do deputado Darci de Matos (DEM), relator do Projeto de Lei nº 403/09, também do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010 no valor de R\$ 13 bilhões e R\$ 447 milhões.

A exemplo de Marcos Vieira, Darci de Matos também deixou para o relatório final a análise

detalhada do projeto.

Em relação ao cronograma, a comissão aprovou as mesmas datas de tramitação do PPA. Darci afirmou que deseja incluir na LOA o que foi definido como prioridade nas audiências públicas promovidas pela Comissão de Finanças e Orçamento Estadual Regionalizado.

Audiência pública

Os parlamentares aprovaram nova data para audiência pública para tratar do Projeto de Lei Complementar nº 14/09, do Executivo, que estabelece critérios para a municipalização do ensino fundamental da rede pública do Estado.

O debate dos parlamentares com prefeitos e representantes do setor educacional do Estado e dos municípios, que estava previsto para ocorrer em 25 de novembro, será no dia 1º de dezembro, na Assembleia, das 9h30min às 12h.

De acordo com Marcos Vieira, na oportunidade os prefeitos vão apresentar conclusões do 7º Congresso Catarinense de Municípios, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, na Capital, onde um dos painéis será sobre a municipalização do ensino fundamental da rede pública estadual.

Direitos e Garantias cria grupo para apurar tortura

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), se reuniu dia 11 para limpar a pauta e adotar medidas para apurar denúncia de tortura no Complexo de São Pedro e Alcântara. As imagens numa operação de transferência de presos em fevereiro de 2008, veiculadas no domingo (1º) pelo programa Fantástico, da Rede Globo, também voltaram à pauta.

A deputada Ana Paula falou do documento à Câmara dos Deputados, que informa que instaurou procedimento regimental para acompanhar a denúncia relativa às torturas. "Precisamos dar uma resposta a essa comissão para informar o que nós estamos fazendo", disse.

O deputado Kennedy Nunes (PP) afirmou que a Comissão de Direitos deve estar mais envolvida com a investigação. "A Comissão de Direitos tem mais responsabilidades do que a Comissão de Segurança Pública porque o que houve lá foi tortura. Sugiro que alguém da comissão acompanhe de perto as investi-

gações." A formação de um grupo de trabalho para debater o assunto com a presença de representantes da OAB e da Pastoral Carcerária também foi aprovada.

Além dos relatórios de atividades, a comissão aprovou três projetos de lei. O primeiro, PL nº 375/09, do deputado Gelson Merísio, proíbe a disponibilização

ou divulgação, nos sites oficiais do Executivo, do endereço residencial do proprietário de veículo licenciado no Estado.

Foi aprovado projeto de lei nº 280/09, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), que trata da exibição do preço dos produtos por unidade de medida. Conforme o autor, supermercados, hipermer-

cados, autosserviços e mercearias nos quais o consumidor tenha acesso direto ao produto, sem intervenção do comerciante, ficam obrigados a expor o preço por unidade de medida. O projeto foi aprovado com emenda modificativa do deputado Joares Ponticelli (PP) que estabelece a multa de R\$ 2 mil a quem não cumprir a lei.

Do deputado Reno Caramori (PP), foi aprovado o projeto de lei nº 212/09, que fala da qualidade dos comprovantes emitidos em caixas eletrônicas de instituições bancárias em Santa Catarina. A partir da sanção, os bancos ficam obrigados a alterar a qualidade do papel de impressão emitido em seus caixas eletrônicas e acrescentar as especificações do documento para que seja utilizado como comprovante de contas de consumo, impostos e outras comprovações necessárias ao consumidor.

O projeto ainda obriga que o documento tenha durabilidade de 10 anos, para fins de pagamentos de financiamentos imobiliários, e cinco anos aos demais pagamentos. Os bancos terão 180 dias para se adaptarem, a contar da promulgação da lei. A comissão aprovou a visita ao Hospital da Polícia Militar Lara Ribas, em Florianópolis, a pedido do deputado Sargento Amauri Soares (PDT) para avaliar as condições de trabalho dos servidores daquele estabelecimento.



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputado Kennedy defende, na reunião, presença ostensiva da Comissão no caso de São Pedro de Alcântara

PLENÁRIO

Parlamento aprova a criação do Tribunal Administrativo Tributário

Vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, órgão terá a missão de julgar litígios fiscais na esfera administrativa

O Parlamento catarinense aprovou, na sessão ordinária do dia 11, com 24 votos favoráveis e um contrário, o Projeto de Lei Complementar nº 35/09, de autoria do governo do Estado, que cria o Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina.

O órgão, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, a qual designará os julgadores de processos fiscais, será responsável por julgar, em esfera administrativa, primeira e segunda instâncias, os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária estadual.

Os 12 julgadores, que compõem a primeira instância, serão escolhidos entre servidores integrantes da carreira de auditor fiscal da Receita Estadual. O colegiado será constituído por três Câmaras de Julgamento, compostas por seis conselheiros, nomeados pelo governador, e por um presidente.

Conforme apresenta o PLC, o processo inicia-se com a Reclamação, pelo sujeito passivo, contra a notificação fiscal. Deverá ser apresentada no prazo de 30 dias, contados da data em que o sujeito tomou ciência do ato fiscal impugnado, em primeira instância. Assim que a nova lei entrar em vigor, será extinto o procedimento administrativo de revisão.

Das decisões dos julgadores caberão três recursos: ordinário, especial e pedido de esclarecimento. As decisões serão definitivas após irrecorrida ou quando o recurso ordinário for considerado intempestivo, ou seja, fora do prazo em primeira instância, e quando não caiba mais recurso, ou, quando cabível, seja intempestivo, em segunda instância.

Processo eletrônico

As ações de reclamação e recursos, bem como de atos processuais em geral, serão admitidos mediante assinatura eletrônica, sendo obrigatória a habilitação prévia do usuário junto ao tribunal. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário serão considerados originais para todos os efeitos legais.

O uso de petição por meio eletrônico não afasta o cumprimento dos prazos, devendo ser entregue em qualquer órgão regional da Fazenda, a partir do encaminhamento virtual, os documentos originais, em meio físico, inclusive provas, sob pena de serem considerados inexistentes.



Ponticelli critica adoção de medida provisória pelo governo para reajustar taxas da segurança pública

Projeto de conversão de MP reajusta taxas

Na sessão ordinária do dia 11, também foram aprovadas em redação final dois Projetos de Conversão em Lei de Medidas Provisórias. Com a admissibilidade aprovada no dia 10, o Projeto de Conversão em Lei (PCL) nº 159/09 voltou ao Plenário e provocou uma série de ponderações.

Ao pedir a sua bancada a rejeição da proposta, o líder progressista, Silvio Dreveck, acendeu o debate. O projeto reajusta uma série de taxas, principalmente as relacionadas com a segurança pública, como as de prevenção a sinistro, contra incêndio, taxas de

segurança preventiva da Polícia Militar e taxas de serviços gerais da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Os deputados Joares Ponticelli (PP) e Pedro Uczai (PT) utilizaram a mesma argumentação para criticar o encaminhamento de proposta deste tipo em forma de medida provisória, sendo que a urgência da mesma seria "irrelevante". Os dois deputados concordam que é incoerente o Executivo querer reajustar seus serviços pelas perdas da inflação, mas se negar a dialogar com os servidores para fazer o mesmo com os salários das categorias

dos funcionários públicos. A fala dos parlamentares foi uma clara alusão ao impasse que se instalou com a greve da saúde estadual.

Falando em nome da bancada dos democratas, o deputado Darci de Matos destacou que o líder do partido na Casa, deputado Cesar Souza Júnior, auditou todas as taxas e constatou que estão de acordo com as perdas de inflação.

Outro Projeto de Conversão em Lei, o de nº 161/09, autoriza o Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil e não provocou discussão, sendo aprovado por unanimidade.

Pedido de CPI do Sistema Prisional perde assinaturas

O sepultamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Prisional de Santa Catarina, que não chegou a ser instalada, acirrou os ânimos durante a sessão ordinária do dia 10.

A CPI iria investigar as agressões a detentos cujas imagens foram veiculadas pela imprensa nacional e para tanto necessitaria do apoio de um terço dos membros da Assembleia, totalizando 14.

A deputada Professora Odete de Jesus (PRB), que aparecia como uma das assinaturas do requerimento protocolado na manhã do dia 9 e retirou seu nome no período da tarde, ocupou a tribuna para justificar seu posicionamento. Ela pediu desculpas por ter se equivocado ao assinar o documento acreditando ser um pedido de



Odete: equívoco sobre o teor

reunião conjunta da Comissão de Segurança Pública e da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

Motivo

A argumentação não convenceu o líder do PT, deputado



Uczai: indignado com os recuos

Pedro Uczai, responsável pelo recolhimento das assinaturas. Ele explicou que não haveria motivo para o equívoco, tendo em vista o fato de não fazer parte de nenhuma das comissões mencionadas. O outro parlamentar que retirou ou nome do requerimento, deputado



Parisotto: ações do governo

Narcizo Parisotto (PTB), afirmou que o fez por conta das ações promovidas pelo governador, entre elas a punição dos culpados, a instauração de sindicância pela Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Justiça e Cidadania, bem como a atuação do Ministério Público para o

cumprimento da lei.

Novamente o líder petista retrucou. "Que medidas o governo tomou? O que aconteceu em uma semana que mudou o sistema prisional? Pelo contrário, aumentaram as denúncias de casos de tortura e o novo diretor do DEAP rotulou a situação como uma bomba prestes a explodir", enfatizou Uczai.

O deputado Kennedy Nunes (PP) se disse estarrecido com os acontecimentos e com as justificativas. "Este governo tenta impedir de todas as formas uma investigação séria porque não duraria meia hora. Se investigarem, ele cai", profetizou.

O também progressista deputado Joares Ponticelli enumerou as CPIs abortadas pela bancada governista: "CPI do Bolshoi, CPI da Casan e CPI do Aldo Hey Neto".

PLENÁRIO

Grevistas pedem apoio do Legislativo

Presidente Jorginho Mello se compromete a intermediar negociações dos servidores da saúde com Executivo

Um ato público dos servidores estaduais da saúde lotou dia 10 as galerias da Assembleia Legislativa. A categoria, que está em greve desde 3 de novembro, luta pela qualidade dos serviços, reivindica reajuste salarial de 16,76%, aumento do valor do vale-alimentação e revisão dos casos de insalubridade.

O presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), afirmou que o Parlamento vai cumprir com sua obrigação e vai tentar intermediar as negociações. "A greve não é boa para ninguém, pois, no fim, quem paga é a população. Nós precisamos resolver essa situação. Essa Casa vai contribuir e vamos tentar intervir junto ao governador em relação às negociações."

Atendendo ao requerimento do deputado Kennedy Nunes (PP), a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa realizou, no dia 11, na Sala de Imprensa, uma reunião extraordinária para debater a situação e os possíveis canais de negociação entre o governo do Estado e os servidores da saúde.

Presidida pela deputada Professora Odete de Jesus (PRB), representando o presidente da

comissão, deputado Genésio Goulart (PMDB), a reunião resultou num grupo de trabalho formado pelos parlamentares Kennedy, Ismael dos Santos (DEM), Antonio Aguiar (PMDB), Ana Paula Lima (PT) e Odete. O objetivo é acompanhar as negociações e estabelecer medidas urgentes.

Na condição de membro da comissão e representante da bancada do governo, Aguiar informou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) está em contato com o presidente do Poder Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB), com a intenção de encontrar uma solução para o problema. No entanto, a deputada Ana Paula sugeriu a realização de uma reunião com o secretário da Saúde, Dado Cherm, e os membros da comissão, independente do resultado da reunião com o governador.

Tribuna

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde Privado e Público Estadual (SindSaúde), Pedro Paulo das Chagas, utilizou a tribuna,



Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde, Pedro Paulo de Chagas, ocupa a tribuna

dia 10, para pedir apoio aos deputados, principalmente aos governistas, para que houvesse abertura de diálogo. Segundo ele, a greve, que tem a adesão de 70% dos trabalhadores da área, continua até o governo estadual abrir negociações com a categoria. "Nós queremos que a bancada do governo nesta Casa tente uma negociação com o governador."

Os servidores da saúde man-

têm a greve e solicitam que o governo do Estado abra negociação com os servidores.

"Nós queremos que a bancada do governo nesta Casa tente uma negociação com o governador. Queremos uma solução que seja boa para todos", disse Pedro Paulo. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 16,76%, aumento do valor do vale-alimentação e revisão dos casos de insalubridade.

Pedro também falou sobre a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça em favor do governo do Estado e que determina o retorno imediato dos servidores aos seus postos de trabalho. "Estamos trabalhando para decretar a legalidade do nosso movimento.", anunciou. A determinação pela ilegalidade foi definida, dia 6, pelo desembargador do Tribunal de Justiça, Ricardo Roesler.

Admitida PEC sobre horário de comércio

Na sessão ordinária do dia 10 foi aprovada a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 03/09, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB). A PEC estabelece que os municípios tenham autonomia sobre o horário e dias de funcionamento do comércio local e de eventos comerciais temporários de natureza econômica.

Segundo Peninha, a proposta visa complementar o texto previsto no artigo 112 da Constituição Estadual que, em observância ao princípio da simetria, repete o estabelecido pela Carta Magna, no sentido de que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local.

Para o parlamentar, "é entendimento pacífico que os municípios detêm competência legislativa para fixar horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, por se tratar de interesse local, previsto no artigo 30 da Constituição Federal, cuja matéria, aliás, já foi sumulada pelo Supremo Tribunal Federal".

Já o Projeto de Resolução (PRS) nº 15/09, apresentado pelo



Deputado Cesar Souza Júnior também comemora decisão da Justiça favorável à lei estadual sobre isenção de pedágio

presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), teve anuência de todos os presentes. O PRS denomina Deputado Marcelino Antônio Dutra a nova Biblioteca da Assembleia. "Nascido no Desterro em 19 de junho de 1809, foi também professor, promotor público, poeta e jornalista, pai do também poeta Antero dos Reis Dutra", definiu o presidente em

sua justificativa.

Pedágio

O deputado Cesar Souza Júnior (DEM) comemorou a decisão favorável da Justiça Federal da 4ª Região quanto à Lei Estadual nº 14.824/09, que confere isenção de pedágio para todos os moradores das cidades onde uma das praças

de pedágio foi instalada. A Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT) apresentou ação de inconstitucionalidade à lei, argumentando "que leis municipais e estaduais já foram declaradas inconstitucionais por isentarem moradores, por isso é inegável que o Estado de Santa Catarina queira rediscutir uma discussão já superada pelo Supremo Tribunal Federal".

Andrino defende cultura

Para valorizar os segmentos da cultura de Santa Catarina, o deputado Edison Andrino (PMDB) defendeu, dia 12, a criação de uma Frente Parlamentar em defesa das diversas expressões culturais do Estado. Natural de Florianópolis, ele chamou a atenção dos seus colegas de Parlamento para o assunto. "Esta Casa precisa valorizar mais a nossa cultura", disse.

Andrino destacou a criação da Fundação Franklin Cascaes, em julho de 1987, enquanto ele era prefeito da Capital, apontando a entidade como forte ponto de apoio e incentivo à cultura local. Ele acredita que, com o apoio do Legislativo, isso também possa ser feito em relação aos artistas catarinenses envolvidos no cinema, no teatro, nas artes plásticas e nas músicas regionais. "Temos figuras importantes em vários setores da cultura. Precisamos chamar os artistas e, com eles, discutir claramente políticas públicas para o setor."

Assembleia Legislativa. Sempre na busca do que Santa Catarina precisa.

Os grandes desafios catarinenses passam pela Assembleia. Uma luta constante pelos direitos do povo. Um trabalho gigante, de 175 anos de história, feito de grandes conquistas.

**GRANDES
DESAFIOS
CATARINENSES**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA